

## **Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação**

Joaquim Azevedo Faculdade de Educação e Psicologia, UCP

### **Resumo**

Este artigo reflecte sobre a regulação sociocomunitária da educação como uma estratégia de implicação de diferentes instituições e de todos os cidadãos na aprendizagem ao longo da vida, tomando por base o projecto Trofa Comunidade de Aprendentes (TCA)<sup>1</sup>, desenvolvido pela Universidade e Católica Portuguesa (UCP) e pela autarquia local.

### **A aprendizagem ao longo da vida, a sua axiologia e as comunidades de aprendizagem**

A aprendizagem ao longo da vida tem sido talvez, no palco europeu, o paradigma que, no campo das políticas de educação, mais capacidade mobilizadora tem gerado junto de governos, instituições sociais nacionais e locais, poderes locais, associações e cidadãos. Numa sociedade envolta em profundas transições sociais e culturais, a aprendizagem de todos os cidadãos, ao longo de toda a sua vida (e na sua vida, com a sua vida), do nascimento à velhice, tornou-se aquilo que a UNESCO chamou a porta de entrada no século XXI (UNESCO, 1996).

<sup>1</sup> A dinâmica Trofa Comunidade de Aprendentes (TCA) foi criada em 2004, no município da Trofa, após o estabelecimento de um acordo entre a Câmara Municipal e a Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Educação e Psicologia).

Como diz Roberto Carneiro, entendemos “que o princípio motor de inteligibilidade urbana será, de maneira crescente, a apropriação do atributo de aprendente. Pessoas que aprendem, comunidades que aprendem, empresas que aprendem, organizações públicas que aprendem, em continuidade e sem descanso, serão os átomos constitutivos das moléculas sociais que acrescentarão valor à cidade do futuro.” (Carneiro, 2001: 285).

Este é o novo referente para pensar as cidades<sup>2</sup> como comunidades de aprendizagem, humanizando-as. Um referencial que começa por ser, antes de mais, um outro modo de pensar e agir em educação. Uma educação que já não se resume às escolas, que já não se acantona na infância e na juventude, uma educação que já não se confunde com o ensino. O que está em jogo é aprender, aprender a todo o tempo, em todo o lugar e ao longo de toda a vida, com a vida, porque este aprender é aprender a ser. E não é só aprender, como um acto social porventura descarnado ou neutro, que na realidade não existe. É aprender a viver juntos, como propõe a UNESCO (1996), como um dos quatro pilares da educação do futuro. Vejamos então, por partes, dois elementos centrais desta visão: aprender sempre e aprender a viver juntos.

O que está em jogo, no essencial, não é apenas ensinar, é aprender; não é só transmitir conhecimentos codificados, é proporcionar a comunicação e a emergência de aprendizagens significativas para cada cidadão; não é apenas levar de fora para quem nada tem, é valorizar as pessoas, as suas relações, a sua história, que já estão dentro (e que, por vezes, é preciso fazer sair de dentro); não é só fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum. O objectivo central do ensino-aprendizagem não será a emissão de diplomas, mas a construção lenta e quotidiana, responsabilidade de todos, de formas superiores de vida em comum. E esta deve ser a bola de neve que fazemos girar à nossa frente, como o objectivo primeiro do desenvolvimento das cidades como comunidades de aprendizagem.

É missão da educação contribuir para que cada ser humano aprenda a viver com os outros, a tornar-se cidadão, pleno de direitos e de deveres, membro de uma comunidade. Aí cada um é chamado a ser solidário e responsável. A cidade,

<sup>2</sup> Tomamos aqui o termo cidade como metáfora do território e do local, dado que é em torno das cidades que a maioria dos cidadãos vive na actualidade.

como comunidade humana em construção (como veremos melhor adiante), pode conferir outra pertinência e relevância educativa ao ensino e pode conferir novos significados ao acto de conhecer, contextualizando-o, dando-lhe outros sentidos e atribuindo-lhe um leque diverso de utilidades sociais e humanas. A educação social constitui um instrumento privilegiado para garantir o acesso de todos a estas oportunidades de humanização da vida social, sobretudo dos que se encontram em situação de maior risco.

Esta missão poderia desdobrar-se em duas perspectivas complementares de acção (UNESCO, 1996). A primeira consiste em ajudar as pessoas a tomar consciência não só da unidade complexa e da diversidade inerente à espécie humana, como também da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Esta é uma consequência da matriz antropológica que nos orienta. Segundo Edgar Morin (2000), é prioritário ensinar a condição humana e a identidade da vida terrena, tendo em vista a formação de uma consciência humanística e ética de pertença à mesma espécie humana. Por exemplo, a aprendizagem da pré-história e da história da era planetária, iniciada no século XVI, permitem, por um lado, conceber a emergência da humanidade com base em todos os processos civilizacionais e, por outro lado, evidenciar uma humanidade que partilha solidariamente um destino comum. Mas é preciso ir mais longe e, para lá do ensinar, aprender a acolher o outro, aprender a desenhar e fortalecer os laços humanos que, por mais débeis que sejam, são os espaços e tempos que podem dar sentido à vida.

A segunda, por isso mesmo, consiste em fomentar o encontro e o trabalho em conjunto, a relação humana que permita a livre manifestação da liberdade de cada um, o desenvolvimento de projectos de cooperação, as redes de actores socioeducativos, a participação em actividades sociais na vida das comunidades locais, para ajudar cada cidadão a fazer a experiência e a desfrutar do gosto do esforço comum e das enormes vantagens da solidariedade, árvore que cresce quase sempre por entre uma desenfreada competição que é, em todos os dias e a todas as horas, ensinada e aprendida.

Subjaz a estas perspectivas uma ideia central para a educação que se subsume em ajudar cada uma e cada um a conhecer-se, a conhecer o outro e a “transformar a interdependência real” entre os humanos em “solidariedade desejada” (UNESCO, 1996: 41), em capacidade real de viver juntos, partilhando a incerteza da evolução das sociedades, inscrita no nosso destino comum.

